

## ESTUDOS CULTURAIS: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

---

### UMA NARRATIVA POSSÍVEL OU A VERSÃO BRITÂNICA

As primeiras manifestações dos estudos culturais têm origem na Inglaterra, no final dos anos 50, especialmente em torno do trabalho de Richard Hoggart, Raymond Williams e Edward Palmer Thompson. Esta afirmação é lugar-comum em muitas das reconstituições das origens deste campo de estudo. De outro lado, tem-se tornado também motivo gerador de debates, discussões e contendas, sobretudo, nos últimos tempos.

O campo dos estudos culturais surge, de forma organizada, através do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), diante da alteração dos valores tradicionais da classe operária da Inglaterra do pós-guerra. Inspirado na sua pesquisa, *The Uses of Literacy* (1957), Richard Hoggart funda em 1964 o Centro. Este surge ligado ao English Department da Universidade de Birmingham, constituindo-se num centro de pesquisa de pós-graduação desta mesma instituição. As relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais, vão compor o eixo principal de observação do CCCS.

Três textos que surgiram nos final dos anos 50 são identificados como a base dos estudos culturais:<sup>1</sup> Richard Hoggart com *The Uses of Literacy* (1957), Raymond Williams com *Culture and Society* (1958) e E. P. Thompson com *The Making of the English Working-class* (1963). O primeiro é em parte autobiográfico e em parte história cultural do meio do século XX. O segundo constrói um histórico do conceito de cultura, culminando com a idéia de que a “cultura comum ou ordinária” pode ser vista como um modo de vida em condições de igualdade de existência com o mundo das Artes, Literatura e Música. E o terceiro reconstrói

uma parte da história da sociedade inglesa de um ponto de vista particular – a história “dos de baixo”.

Na pesquisa realizada por Hoggart,<sup>2</sup> o foco de atenção recai sobre materiais culturais, antes desprezados, da cultura popular e dos meios de comunicação de massa, através de metodologia qualitativa. Este trabalho inaugura o olhar de que no âmbito popular não existe apenas submissão mas, também, resistência, o que, bem mais tarde, será recuperado pelos estudos de audiência dos meios massivos. Tratando da vida cultural da classe trabalhadora, transparece nesse texto um tom nostálgico em relação a uma cultura orgânica dessa classe.

A contribuição teórica de Williams<sup>3</sup> é fundamental para os estudos culturais a partir de *Culture and Society* [*Cultura e sociedade, 1780-1950*. São Paulo: Nacional, 1969]. Através de um olhar diferenciado sobre a história literária, ele mostra que a cultura é uma categoria-chave que conecta a análise literária com a investigação social. Seu livro *The Long Revolution* (1961) avança na demonstração da intensidade do debate contemporâneo sobre o impacto cultural dos meios massivos, mostrando um certo pessimismo em relação à cultura popular e aos próprios meios de comunicação.

É o próprio Stuart Hall que avalia a importância desse último livro: “ele [*The Long Revolution*] transformou toda a base do debate, de uma definição moral-literária de cultura, para uma definição antropológica. Porém, definiu esta [a cultura] como o ‘processo integral’ pelo qual significados e definições são socialmente construídos e historicamente transformados, sendo, neste contexto, a literatura e a arte uma única forma especialmente privilegiada de comunicação social” (Hall apud Turner, 1990, p. 55). Essa mudança no entendimento de cultura fez possível o desenvolvimento dos estudos culturais.

Em relação à contribuição de Thompson,<sup>4</sup> pode-se dizer que influencia o desenvolvimento da história social britânica de dentro da tradição marxista. Para ambos, Williams e Thompson, cultura era uma rede vivida de práticas e relações que constituíam a vida cotidiana, dentro da qual o papel do indivíduo estava em primeiro plano. Mas, de certa forma, Thompson resistia ao entendimento de cultura enquanto uma forma de vida global. Em vez

disso, preferia entendê-la enquanto um enfrentamento entre modos de vida diferentes.<sup>5</sup>

Esses quatro textos recém mencionados foram seminais para a configuração dos estudos culturais. Entretanto, Hall (1996b, p. 32) ressalta que

eles não foram, de forma alguma, 'livros didáticos' para a fundação de uma nova subdisciplina acadêmica: nada poderia estar mais distante de seu impulso intrínseco. Quer fossem históricos ou contemporâneos em seu foco, tais textos eram, eles próprios, focalizados pelas pressões imediatas do tempo e da sociedade na qual foram escritos, organizados através delas, além de serem elementos constituintes de respostas a essas pressões.

Embora não seja citado como membro do trio fundador, a importante participação de Stuart Hall<sup>6</sup> na formação dos estudos culturais britânicos é unanimemente reconhecida. Avalia-se que, ao substituir Hoggart na direção do Centro, de 1968 a 1979, incentivou o desenvolvimento da investigação de práticas de resistência de subculturas e de análises dos meios massivos, identificando seu papel central na direção da sociedade; exerceu uma função de “aglutinador” em momentos de intensas distensões teóricas e, sobretudo, destravou debates teórico-políticos, tornando-se um “catalizador” de inúmeros projetos coletivos.<sup>7</sup> Tem uma abundante produção de artigos, sendo que sua reflexão faz parte da maioria das coletâneas mais importantes sobre estudos culturais, sejam eles publicados pelo próprio Centro ou não.

Enfim, esses são os principais atores e uma parte da história do início da configuração deste campo de estudos. Em outras palavras, essa mesma narrativa poderia ser assim contada:

Desde o final da década de 1950, tem existido, dentro da vida cultural e intelectual de língua inglesa, um projeto que causou impacto significativo no trabalho acadêmico no campo das Artes, das Humanidades e das Ciências Sociais. Nos anos 50, tal projeto não tinha um nome. Não tinha nem sequer uma única fonte. Surgiu dentro de um contexto histórico e social específico, a partir do trabalho de três indivíduos. Raymond Williams, Richard Hoggart e E. P. Thompson estavam preocupados,

de forma diferente, com a questão da cultura na sociedade estratificada em classes da Inglaterra. Os autores estavam tentando, cada um a seu modo, entender o papel e o efeito da cultura em um momento crítico da própria história da Inglaterra: um momento marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, a herança, em um ambiente já mudado e em constante mudança, de uma política de classe de limitada resistência, e, finalmente, a importação ou invasão, através dos meios de comunicação de massa, da cultura americana, o que tornou público e ressaltou a todos o dominador caráter de classe da vida cultural inglesa. (BLUNDELL ET AL., 1993, p. 1)

O trecho em questão replicaria a versão recém apresentada, não fosse esta escrita por autores canadenses que, embora relatem esse ponto de vista de sua fundação, questionam, logo a seguir, a existência de uma narrativa única sobre sua constituição como um projeto maior que transcendeu as fronteiras da Grã-Bretanha. O propósito dessa publicação – *Relocating Cultural Studies – Developments in Theory and Research* (1993) – é mostrar justamente a versão britânica sobre as origens dessa trajetória em contraste com a particularidade do caso canadense, revelando, simultaneamente, o descentramento contemporâneo dos estudos culturais.

Através desse tipo de posicionamento, em que a coletânea citada é apenas um exemplo,<sup>8</sup> problematiza-se o “cânone” – a versão dominante – sobre as origens dos estudos culturais. Em contraposição a essa versão dominante, afirma-se que em outras localidades e em outros momentos podem ser identificadas “outras” origens para esse campo de estudos. Enfim, a existência de diferenças nacionais e a confluência de um conjunto particular de propostas de cunho teórico-político geraram outros exemplos de estudos culturais que desestabilizam a narrativa sobre *uma* origem centrada, sobretudo, em Birmingham, na Inglaterra.

Ainda, em outra versão que discute a emergência histórica dos estudos culturais enquanto desenvolvimento organicamente britânico, desenvolvimento determinado por forças nacionais internas, é obrigatório identificar as condições históricas existentes naquele momento. Pelo menos duas características são marcantes: o impacto da organização capitalista das formas culturais no campo

das relações sócio-culturais e o colapso do império britânico. No primeiro espaço, observa-se a ruptura das culturas tradicionais de classe em consequência do alastramento dos meios de comunicação de massa; no segundo, percebe-se que a suposta integridade da nação britânica começa a implodir. Dessa forma, a ascensão dos estudos culturais britânicos coincide com uma crise de identidade nacional.

Porém, não existem motivos para descartar seus princípios fundadores: “a identificação explícita das culturas vividas como um objeto distinto de estudo, o reconhecimento da autonomia e complexidade das formas simbólicas em si mesmas; a crença de que as classes populares possuíam suas próprias formas culturais, dignas do nome, recusando todas as denúncias, por parte da chamada alta cultura, do barbarismo das camadas sociais mais baixas; e a insistência em que o estudo da cultura não poderia ser confinado a uma disciplina única, mas era necessariamente inter, ou mesmo anti, disciplinar”, tão bem sumarizados por Schwarz (1994, p. 380) –, pois estes princípios revelaram-se instigantes nestes últimos trinta anos. A rápida expansão dos estudos culturais em parte é atribuída aos mesmos.

Entretanto, seria demasiado ingênuo explicar sua emergência somente em termos do trio fundador e de seus textos-chave, tendo em vista os questionamentos existentes a esse respeito. Contudo, faz-se necessário reconhecer que existem desacordos entre os considerados “pais fundadores” dos estudos culturais: Williams, Thompson e Hoggart. Porém, para a constituição dos estudos culturais é mais significativo destacar os pontos de vista compartilhados entre eles.

É importante ressaltar, então, que os três autores citados como os fundadores deste campo de estudos, embora não tenham uma intervenção coordenada entre si, revelam um leque comum de preocupações que abrangem as relações entre cultura, história e sociedade.

O que os une é uma abordagem que insiste em afirmar que através da análise da cultura de uma sociedade – as formas textuais e as

práticas documentadas de uma cultura – é possível reconstituir o comportamento padronizado e as constelações de idéias compartilhadas pelos homens e mulheres que produzem e consomem os textos e as práticas culturais daquela sociedade. É uma perspectiva que enfatiza a “*atividade humana*”, a *produção ativa da cultura, ao invés de seu consumo passivo*”. (STOREY, 1997, p. 46, grifo meu)

É possível apontar, a partir daí, duas grandes reorientações na análise cultural proposta pelos estudos culturais: o padrão estético-literário de cultura, ou seja, aquilo que era considerado “sério” no âmbito da literatura, das artes e da música passa a ser visto apenas como *uma* expressão da cultura. Esta refere-se, então, a um amplo espectro de significados e práticas que move e constitui a vida social. O fato de se alargar o conceito de cultura, incluindo práticas e sentidos do cotidiano, propiciou, por sua vez, uma segunda mudança importante: todas as expressões culturais devem ser vistas em relação ao contexto social das instituições, das relações de poder e da história.

Tendo como ponto de partida um conjunto de proposições que à primeira vista mostra-se tão amplo quanto aberto a entendimentos diversos, Hall (1996a, p. 263) reivindica manter sua pluralidade, mas simultaneamente estabelece um fio condutor:

Ainda que os estudos culturais, como um projeto, estejam em aberto, não podem ser simplesmente pluralistas desta maneira. Recusam-se, sim, a ser um *discurso dominante* ou um *metadiscurso* (grifo meu) de qualquer espécie. Constituem, sim, um projeto sempre aberto àquilo que ainda não conhece, àquilo que ainda não pode identificar. Porém, tal projeto possui, também, um certo desejo de conectar-se, um balizamento nas escolhas que faz. Portanto, realmente fará diferença interpretarem-se os estudos culturais como sendo uma coisa ou outra.

Conclui-se que, se a versão britânica sobre as origens e constituição deste projeto não apresenta implicitamente uma posição teórica unificada, também, não está composta por um conjunto tão díspar que não apresente uma unidade. Indagar-se sobre “a unidade na diferença” (GROSSBERG, 1993) é reconhecer que esta

responde, em parte, a condições particulares – a um contexto intelectual, político, social e histórico específico.

As peculiaridades do contexto histórico britânico, abrangendo da área política ao meio acadêmico, marcaram indelevelmente o surgimento deste movimento teórico-político. Os estudos culturais ressaltaram os nexos existentes entre investigação e formações sociais onde se desenrola a própria pesquisa. “Os estudos culturais não dizem respeito apenas ao estudo da cultura. Nunca pretenderam dizer que a cultura poderia ser identificada e analisada de forma independente das realidades sociais concretas dentro das quais existem e a partir das quais se manifestam” (BLUNDELL ET AL., 1993, p. 2).

Em primeiro lugar, deve-se acentuar o fato de que os estudos culturais britânicos devem ser vistos tanto do ponto de vista político, na tentativa de constituição de um projeto político, quanto do ponto de vista teórico, isto é, com a intenção de construir um novo campo de estudos. “[...] Não se pode entender um projeto artístico e intelectual sem entender, também, sua formação; sem entender que a relação entre um projeto e uma formação é sempre decisiva; e que [...] a ênfase dos estudos culturais está precisamente no fato de que eles se ocupam de ambas as concepções” (WILLIAMS, 1996, p. 168). A partir desta dupla agenda é que os estudos culturais britânicos devem ser pensados.

Do ponto de vista político, são sinônimos de “correção política” (JAMESON, 1994), podendo ser identificados com a política cultural dos vários movimentos sociais da época de seu surgimento. Por essa razão, sua proposta original é considerada por alguns como mais política do que analítica.

Autores como Michael Green (1995) apontam como motivo primordial para o surgimento dos estudos culturais britânicos uma condensação política em torno de um conjunto de novos e compartilhados temas de interesse que convergiram com o momento de emergência da New Left. “[...] os estudos culturais oferecem um espaço no qual se pode explorar – e refletir sobre – uma variedade de questões políticas, e jamais negaram que sua agenda tem dimensões políticas e não pode ser ‘objetiva’”, afirma Green. (1995, p. 229).

A título de ilustração, os estudos culturais australianos, como os britânicos, também, são vistos como decorrentes de uma conjuntura política.

A questão aqui, contudo, é simplesmente o fato de que os estudos culturais australianos não apenas foram uma *resposta* aos movimentos políticos e sociais das últimas três décadas (o que pode ser dito em relação aos estudos culturais como projeto geral), mas também produziram muitos de seus temas, suas prioridades de pesquisa, suas polêmicas e, de certa forma, sua ênfase teórica e seus principais métodos de trabalho, a partir de um *engajamento* com estes movimentos. (Frow e Morris, 1996, p. 351)

Pela perspectiva teórica, resultam da insatisfação com os limites de algumas disciplinas, propondo, então, a inter/trans ou, ainda para alguns, a antidisciplinaridade.<sup>9</sup> Isto não impediu, entretanto, que em alguns lugares tenham se institucionalizado.<sup>10</sup>

Os estudos culturais não configuram uma “disciplina” mas uma área onde diferentes disciplinas interatuam, visando ao estudo de aspectos culturais da sociedade. A área, então, segundo um coletivo de pesquisadores do Centro de Birmingham que atuou, principalmente, nos anos 70, não se constitui numa nova disciplina, mas resulta da insatisfação com algumas disciplinas e seus próprios limites (HALL ET AL., 1980, p. 7). É um campo de estudos em que diversas disciplinas se interseccionam no estudo de aspectos culturais da sociedade contemporânea, constituindo um trabalho historicamente determinado.

Em análises que tentam mapear o centro de atenção deste campo, enfatiza-se seu diálogo entre disciplinas: “Os estudos culturais são um campo interdisciplinar onde certas preocupações e métodos convergem; a utilidade dessa convergência é que ela nos propicia entender fenômenos e relações que não são acessíveis através das disciplinas existentes. Não é, contudo, um campo unificado” (TURNER, 1990, p. 11).

Em termos de disciplinas, no seu primeiro momento de formação, o encontro entre Literatura Inglesa, Sociologia e História propiciou pensar uma conexão entre três níveis distintos. A primeira contribuiu com a preocupação com as formas culturais

populares, assim como com textos e textualidades, estes últimos podendo estar situados além da linguagem e literatura;<sup>11</sup> à sociologia atribui-se o exame da reprodução estrutural e da subordinação e da história vem o interesse da “história de baixo” e, também, o reconhecimento da história oral e da memória popular.

Entretanto, é preciso ressaltar que, na sua fase inicial, os fundadores desta área de pesquisa tentaram não propagar uma definição absoluta e rígida de sua proposta. Nas palavras de Stuart Hall, o órgão de divulgação do Centro – *Working Papers in Cultural Studies*<sup>12</sup> – não deveria preocupar-se em “[...] ser um veículo que defina o alcance e extensão dos estudos culturais de uma forma definitiva ou absoluta. Nós rejeitamos, em resumo, uma definição descritiva ou prescritiva do campo” (HALL, 1980a, p. 15).

Na realidade, os estudos culturais britânicos se constituem na *tensão* entre demandas teóricas e políticas. Embora sustentem um marco teórico específico (não obstante, heterogêneo), amparado principalmente no marxismo, a história deste campo de estudos está entrelaçada com a trajetória da New Left, de alguns movimentos sociais (Worker’s Educational Association, Campaign for Nuclear Disarmament, etc.) e de publicações – entre elas, a *New Left Review* – que surgiram em torno de respostas políticas à esquerda. Ressalta-se seu forte laço com o movimento de educação de adultos.

A multiplicidade de objetos de investigação também caracteriza os estudos culturais. Resulta da convicção de que é impossível abstrair a análise da cultura das relações de poder e das estratégias de mudança social. A ausência de uma síntese completa sobre os períodos, enfrentamentos políticos e deslocamentos teóricos contínuos de método e objeto faz com que, de forma geral e abrangente, o terreno de sua investigação circunscreva-se aos temas vinculados às culturas populares e aos meios de comunicação de massa e, posteriormente, a temáticas relacionadas com as identidades, sejam elas sexuais, de classe, étnicas, geracionais etc. Mas é necessário esperar até os anos 70, principalmente, com a implantação da publicação periódica dos *Working Papers*, para que a produção científica do Centro passe a ter visibilidade e repercussão.

Numa tentativa de reconstituir uma narrativa histórica sobre os interesses e temáticas que predominaram neste campo de estudos, podem-se identificar alguns momentos bem diferenciados. No início dos anos 70, o desenvolvimento mais importante concentrou-se em torno da emergência de várias subculturas que pareciam resistir a alguns aspectos da estrutura dominante de poder. E, a partir da segunda metade dessa mesma década, percebe-se a importância crescente dos meios de comunicação de massa, vistos não somente como entretenimento mas como aparelhos ideológicos do Estado.

Nessa época, os estudos das culturas populares pretendiam responder a indagações sobre a constituição de um sistema de valores e de um universo de sentido, sobre o problema de sua autonomia e, também, como esses mesmos sistemas contribuem para a constituição de uma identidade coletiva e como se articulam as dimensões de resistência e subordinação das classes populares.<sup>13</sup>

Já o estudo dos meios de comunicação caracterizava-se pelo foco na análise da estrutura ideológica, principalmente, da cobertura jornalística. Esta etapa foi denominada por Hall (1982) de “redescoberta da ideologia”, sendo que uma das premissas básicas desta fase pressupunha que os efeitos dos meios de comunicação podiam ser deduzidos da análise textual das mensagens emitidas pelos próprios meios.

Ainda nessa década, a temática da recepção e a densidade dos consumos mediáticos começam a chamar a atenção dos pesquisadores de Birmingham, ou melhor, do CCCS. Este tipo de reflexão acentua-se a partir da divulgação do texto “Encoding and decoding in the television discourse”,<sup>14</sup> de Stuart Hall, publicado pela primeira vez em 1973. Desencadeado um processo de deslocamento do olhar, dentro do espectro dos estudos culturais, começam a aparecer outras produções: David Morley publica “Texts, readers, subjects” (1977-1978) e, logo em seguida, algumas pesquisas empíricas começam a tomar corpo.

Depois de um período de preocupação com análises textuais dos meios massivos, tais estudos de audiências começam a ser desenvolvidos como uma tentativa de verificar empiricamente tanto as diversas leituras ideológicas construídas pelos próprios pesqui-

sadores quanto as posições assumidas pelo receptor.<sup>15</sup> Porém, é na segunda metade dos anos 80 e já não mais circunscrito às investigações do CCCS, que se nota uma clara mudança de interesse do que está acontecendo na tela para o que está na frente dela, ou seja, do texto para a audiência.

Entretanto, ainda nos anos 70, o trabalho em torno das diferenças de gênero através do feminismo que irrompe em cena, e os desenvolvimentos em torno da idéia de “resistência”, também marcam o período. Hall (1992, 1996a) aponta o feminismo como uma das rupturas teóricas decisivas que alterou uma prática acumulada em estudos culturais, reorganizando sua agenda em termos bem concretos. Desta forma, destaca sua influência nos seguintes aspectos: a abertura para o entendimento do âmbito pessoal como político e suas conseqüências na construção do objeto de estudo dos estudos culturais; a expansão da noção de poder, que, embora bastante desenvolvida, tinha sido apenas trabalhada no espaço da esfera pública; a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão da própria categoria “poder”; a inclusão de questões em torno do subjetivo e do sujeito e, por último, a “reabertura” da fronteira entre teoria social e teoria do inconsciente – psicanálise.

De forma assumidamente deliberada, Hall (1996a, p. 269) utiliza a seguinte metáfora sobre a “irrupção” do feminismo nos estudos culturais e, em especial, na vida intelectual do CCCS: “Não se sabe, de uma maneira geral, onde e como o feminismo arrombou a casa. [...] Como um ladrão no meio da noite, ele entrou, perturbou, fez um ruído inconveniente, tomou a vez, estourou na mesa dos estudos culturais”.

E, em outro lugar, conta como ele e Michael Green, percebendo a importância das questões em torno do feminismo, “convidaram” algumas feministas para destravar essa discussão dentro do Centro e como esta tomou forma por si própria.

Em um dado momento, Michael Green e eu decidimos experimentar e convidar algumas feministas, que não estavam trabalhando conosco, para vir para o Centro, visando a projetar a questão do feminismo no interior dele. Assim sendo, a tradicional história

de que o feminismo surgiu de dentro dos estudos culturais não é bem verdadeira. Estávamos muito ansiosos para estabelecer aquele vínculo, em parte porque nós dois, à época, vivíamos com feministas. Trabalhávamos com estudos culturais, mas mantínhamos uma conversação com o feminismo. As pessoas pertencentes aos estudos culturais estavam se tornando sensíveis à política feminista. Sendo clássicos ‘novos homens’, a verdade é que, quando o feminismo realmente emergiu de forma autônoma, fomos pegos de surpresa pela própria coisa que havíamos tentado, de forma patriarcal, iniciar. Aquelas coisas eram simplesmente muito imprevisíveis. O feminismo, então, realmente irrompeu no Centro, em seus próprios termos, de sua própria e explosiva maneira. Mas não era a primeira vez que os estudos culturais pensavam sobre política feminista ou se tornavam cientes dela. (HALL, 1996d, p. 499)<sup>16</sup>

Embora esta versão não seja bem vista pelas feministas, tanto as do CCCS quanto as que trabalham com estudos culturais, vale a pena resgatá-la. Representando as feministas e em oposição ao relato de Hall, Brunson (1996) nomeia como importantes na reconstituição desta trajetória trabalhos produzidos a partir de 1974, demonstrando assim a existência deste nicho de interesses dentro do Centro.

O artigo mimeografado de 1974, ‘Images of women’, de Helen Butcher, Rosalin Coward, Marcella Evaristi, Jenny Garber, Rachel Harrison, Janice Winship; o artigo de Jenny Garber e Angela McRobbie sobre ‘Girls and subcultures’, nos *Working Papers in Cultural Studies* de 1975 – *Resistance through Rituals* e a publicação de 1978 *Women Take Issue*, todos marcam diferentes disputas neste campo. [...] Assim, se há uma primeira fase no encontro entre as feministas e o CCCS, começando, talvez, em 1973-4, eu sugeriria que seu texto final é a coletânea de 1981, de McRobbie e McCabe, *Feminism for Girls*, a qual, em seu uso de ‘feminismo’ e ‘meninas’, sugere uma distância dos anos 70. Este livro marca, também, o fim da primeira fase com uma percepção muito forte dos problemas com a categoria ‘mulher’, bem como com a *diferença entre* (grifo meu) as mulheres. (BRUNSON, 1996, p. 278)<sup>17</sup>

É necessário notar que estas primeiras produções aparecem de forma ainda esparsa. Em 1976, influenciadas pelo Women’s Liberation Movement, as mulheres do CCCS questionaram sua

própria posição dentro do centro de pesquisa e propuseram a criação de um grupo de estudo somente composto por mulheres. Embora fortemente contestada, essa proposição foi referendada.

Reconstituindo, então, de uma outra forma a história do feminismo no CCCS, Brunsdon (1996, p. 280) nega veementemente a versão paternalista de Hall.

Na primeira vez em que li esta avaliação, eu queria esquecê-la imediatamente. Negá-la, ignorá-la, desconheçê-la – não reconhecer a agressão ali contida. Não tanto para negar que as feministas do CCCS, durante os anos 70, haviam feito um poderoso desafio aos estudos culturais, na forma como estavam constituídos naquele momento e naquele lugar, mas para negar que tivessem acontecido da forma aqui descrita [por Hall].

Nota-se, entretanto, no relato de Brunsdon, a problematização da existência de duas esferas nos estudos culturais: a comum e ordinária e a feminina/feminista. Mas há um tom de questionamento sobre a propriedade de existir “em separado” uma versão feminista deste campo de estudos.

Apesar das divergências na reconstituição dessa experiência, o volume *Women Take Issue* (1978) é considerado o primeiro resultado prático de maior envergadura na divulgação dos trabalhos do Women’s Studies Group do CCCS. Na realidade, este seria originalmente o 11º *Working Papers in Cultural Studies*, sendo que nas suas edições anteriores somente pouquíssimos artigos preocupavam-se com questões em torno da mulher.<sup>18</sup> Embora somente algumas pesquisadoras estivessem em contato mais intenso com o Women’s Liberation Movement, que tinha surgido no final dos 60, revelava-se aí uma primeira tentativa de realizar um trabalho intelectual feminista.

A preocupação original deste coletivo era ver como a categoria “gênero” estrutura e é ela própria estruturada nas formações sociais. “Argumentávamos que a sociedade deveria ser compreendida, em sua constituição, através da articulação sexo/gênero e antagonismos de classe, embora algumas feministas priorizassem a divisão sexual em suas análises” (1978, p. 10).

Num primeiro momento, o desafio foi examinar as imagens das mulheres nos meios massivos (1974) e, a seguir, o debate travou-se em torno da temática do trabalho doméstico.

Mais especificamente, tal mudança foi vista como uma tentativa de considerar a relação entre classe e subordinação da mulher em um nível teórico. Porém, de certa forma, tal mudança foi um passo seguinte ao artigo 'Images'. Junto à mulher como objeto sexual, estava a mulher como mãe e dona-de-casa, que nós entendíamos ser a imagem básica e determinante nos meios de comunicação. De forma mais geral, este *trabalho representava um engajamento educativo com as difíceis categorias econômicas do marxismo*. (1978, p. 13, grifo meu)

Grande parte da contribuição deste coletivo reside neste último aspecto.

Embora esse livro tenha dado visibilidade a uma produção intelectual em torno de um projeto feminista, mostrou também as diferenças e fragilidades existentes no grupo. Mesmo assim, demarcou uma área de atuação com especificidade dentro do campo acadêmico, servindo para delinear novos objetos de estudo.

Somos um grupo de mulheres e homens que produziram, juntos, este livro com idéias diferentes do que é e deveria ser o trabalho intelectual feminista. Isso depende parcialmente da maneira pela qual entendemos 'feminismo' e 'trabalho intelectual' como práticas políticas (e de suas relações). Todos consideramos que o trabalho intelectual feminista é um engajamento, tanto intelectual quanto *político*, no âmbito do próprio trabalho intelectual. Possuímos opiniões diferentes, porém, em relação a se isso é, em si, uma prática política adequada, e se a adequação política é um critério relevante e direto para o trabalho intelectual. Quanto ao relacionamento entre marxismo e feminismo, temos abordagens diferentes em termos de prática política. Divergimos sobre o que o feminismo é, no que concerne aos homens poderem ou não ser feministas. Além disso, nossas opiniões também são diferentes quanto à idéia de devermos estar nos dirigindo *primordialmente* a homens ou mulheres, e se é possível nos dirigirmos a ambos simultaneamente, nos mesmos termos. (1978, p. 13)

É dessa forma que se estabelece o encontro com a produção feminista. Apesar da polêmica em torno da forma como tal se efetuiu, este foco de atenção propiciou novos questionamentos em redor de questões referentes à identidade, pois introduziu novas variáveis na sua constituição, deixando-se de ver os processos de construção da identidade unicamente através da cultura de classe e sua transmissão geracional.

Na avaliação da Michael Green, “se há um tema que possa ser identificado na primeira fase dos estudos culturais, é o da cultura como espaço de negociação, conflito, inovação e resistência dentro das relações sociais das sociedades dominadas pelo poder e fraturadas por divisões de gênero, classe e raça” (GREEN, 1996b, p. 125). Em suma, no período de maior evidência do CCCS acrescenta-se ao seu interesse pelas subculturas às questões de gênero e, logo em seguida, as que envolvem raça e etnia.<sup>19</sup> Além, é claro, como já foi anotado, a atenção sobre os meios de comunicação.

A partir dos anos 80, há indícios de que a importância do CCCS como pólo de difusão da proposta dos estudos culturais começa a arrefecer, isto é, começa a ser observada uma força de descentralização. Durante esse processo, nota-se a expansão do projeto dos estudos culturais para outros territórios, para além da Grã-Bretanha, ocorrendo mutações importantes, decorrentes, principalmente, de uma observação sobre a desestabilização das identidades sociais, ocasionada, sobretudo, pela aceleração do processo de globalização. O foco central passa a ser a reflexão sobre as novas condições de constituição das identidades sociais e sua recomposição numa época em que as solidariedades tradicionais estão debilitadas. Enfim, trata-se de uma ênfase à dimensão subjetiva e à pluralidade dos modos de vida vigentes em novos tempos – ‘New Times’ (HALL, 1996g).

Armand Mattelart e Eric Neveu (1997, p. 131) sugerem que um dos fatores-chave nesta orientação se refere a uma redefinição das modalidades de análise dos meios de comunicação social. “Se existiu uma ‘virada’ no início da década dos anos 80, consistiu em prestar uma atenção crescente à recepção dos meios de comunicação social, tratando de operacionalizar modelos como o da codificação-decodificação”.

Vale lembrar, no entanto, que a incorporação do modelo de Hall, num primeiro momento, desembocou em estudos do âmbito do ideológico e do formato da mensagem, sobretudo, da televisiva. Ainda o poder do texto sobre o leitor/espectador domina esta etapa de análise dos meios, embora desafie a noção de textos mediáticos enquanto portadores “transparentes” de significados, rompendo, também, com a concepção passiva de audiência. É exemplar a esse respeito o trabalho de Morley e Brundson (1978) sobre o programa Nationwide que a seguir é levado em frente num estudo específico de audiência (MORLEY, 1980b).

No contexto britânico, a trajetória de pesquisa de David Morley exemplifica o deslocamento da análise da estrutura ideológica de programas factuais de televisão em direção aos processos multifacetados de consumo e codificação nos quais as audiências estão envolvidas. A primeira pesquisa envolveu uma análise detalhada da estrutura interna de uma edição deste programa televisivo de sucesso na época junto à sociedade britânica. Já *The Nationwide Audience* (1980b) é um estudo de audiência considerado o marco inicial de uma área de investigação que se consolida como própria dos estudos culturais.

Assim, aos poucos, nos anos 80 vão definindo-se novas modalidades de análise dos meios de comunicação. Passou-se, então, à realização de investigações que combinam análise de texto com pesquisa de audiência. São implementados estudos de recepção dos meios massivos, especialmente, no que diz respeito aos programas televisivos. Também são alvo de atenção a literatura popular, séries televisivas e filmes de grande bilheteria.<sup>20</sup> Todos estes tratam de dar visibilidade à audiência, isto é, aos sujeitos engajados na produção de sentidos. Também há um redirecionamento no que diz respeito aos protocolos de investigação. Estes passam a dar uma atenção crescente ao trabalho etnográfico.

A importância que a etnografia assumiu nas análises da recepção, funcionando como uma forma de relativizar os achados da tendência anterior marcada pela crítica ideológica, precisa ser sumariamente avaliada. Ao operar no ponto de encontro onde determinadas condições sociais transformam-se em condições especificamente vividas, trabalha-se *por dentro* de frontei-

ras. Nesse estreito espaço, de difícil acesso, corre-se o risco permanente de celebrar as resistências ao reconhecer que as audiências respondem ativamente às formas culturais massivas, principalmente, se for levado em consideração o trabalho anteriormente executado de “desmistificar, denunciar e condenar” o poder dos meios *sobre* a audiência.

Embora seja plausível a consideração de que a audiência estabelece uma ativa negociação com os textos mediáticos e com as tecnologias no contexto da vida cotidiana, esse posicionamento pode tornar-se tão otimista que perde de vista a marginalidade do poder dos receptores diante dos meios. A euforia com a vitalidade da audiência e por sua vez com a cultura popular fez com que esta fosse entendida como um espaço autônomo e resistente ao campo hegemônico. Algo que aconteceu com várias das pesquisas dessa época.

No contexto dos estudos de audiência, uma avaliação crítica dos resultados obtidos nesse tipo de investigação reivindica: “O que uma etnografia crítica das audiências dos meios de comunicação precisa esmiuçar, então, é a não reconhecida, inconsciente e contraditória efetividade *do hegemônico dentro do popular, as relações de poder que estão inscritas no interior da textura das práticas de recepção*” (ANG, 1996, p. 245). Para tanto, o entendimento da concepção de hegemonia não pode permanecer no nível teórico-abstrato. É necessário dar conta de alcançar um sentido concreto das forças hegemônicas que regem o mundo atual. A mesma autora conclui: “Precisamos ir além dessas conceitualizações paradigmáticas de hegemonia e desenvolver um sentido de hegemonia mais específico, concreto, contextual, em resumo, *mais etnográfico*” (grifo meu). Posição semelhante é reivindicada por McRobbie (1992, 1994).

Nos anos 90, este leque de investigações sobre a audiência procura ainda mais enfaticamente capturar a experiência, a capacidade de ação dos mais diversos grupos sociais vistos, principalmente, à luz das relações da identidade com o âmbito global, nacional, local e individual. Questões como raça e etnia, o uso e a integração de novas tecnologias como o vídeo e a TV, assim como seus produtos na constituição de identidades de gênero, de classe,

bem como as geracionais e culturais, e as relações de poder nos contextos domésticos de recepção, continuam na agenda, principalmente, das análises de recepção.<sup>21</sup> Destacam-se, como ênfases mais recentes neste tipo de estudo, os recortes étnicos e a incorporação de novas tecnologias. Em relação às estratégias metodológicas, estas redundam na etnografia e na observação participante embora possam parecer mais diversificadas – (auto)biografias, depoimentos, histórias de vida.

De maneiras variadas, esses estudos de audiências estão preocupados em situar as leituras e práticas dos meios de comunicação dentro de redes complexas de determinações, não apenas dos textos, mas também daqueles determinantes estruturais mais profundos, como classe, gênero e, ainda, em menor grau, raça e etnia. Estes estudos também iluminam os caminhos em que se intersectam e são vividos os discursos públicos e privados, nas práticas rotineiras e íntimas da vida cotidiana. Além disso, a maioria reflete sobre os métodos de pesquisa e, especialmente, sobre a localização do pesquisador ou pesquisadora em seu estudo [...]. Desta forma, apesar de sua pequena escala, cada um deles, de maneiras diferentes, coloca questões mais amplas de estrutura e atuação dentro do mundo socialmente estruturado das práticas e da subjetividade, e muitos refletem sobre o contexto institucional da própria pesquisa. (GRAY, 1999)

Enfim, estes estudos dos anos 90 revelam alguns dos objetivos que, com diferentes ênfases, continuarão sendo perseguidos pela linha de investigação de audiências. Ainda é cedo para elaborar um balanço deste último período, é possível apenas identificar as tendências recém citadas.

Aqui se enfatizou esta orientação na análise dos meios de comunicação de massa – a recepção – porque a finalidade é refletir sobre a comunicação mediática como clivagem dentro do amplo espectro proposto pelos estudos culturais. Tal fato, de forma alguma, implica restringir o objeto de estudo deste campo em torno desta temática. Ao contrário, cada vez mais o objeto de investigação se diversifica e se fragmenta. Contudo, no ponto de encontro destas duas frentes, comunicação e estudos culturais,

identifica-se uma forte inclinação em refletir sobre o papel dos meios de comunicação na constituição de identidades, sendo esta última a principal questão deste campo de estudos na atualidade.

Resta dizer que, se originalmente os estudos culturais podem ser considerados uma invenção britânica, hoje, na sua forma contemporânea, tornaram-se uma problemática teórica de repercussão internacional. Não se confinam mais à Inglaterra e Europa nem aos Estados Unidos, tendo se alastrado para a Austrália, Canadá, Nova Zelândia, América Latina e também para a Ásia e África<sup>22</sup>. E é especialmente significativo afirmar que o eixo anglo-saxão já não exerce mais uma incontestável liderança desta perspectiva. A observação contemporânea de um processo de estilhaçamento do indivíduo em múltiplas posições e/ou identidades transforma-se tanto em tema de estudo quanto em reflexo do próprio processo vivido atualmente por este campo: descentrado geograficamente e múltiplo teoricamente.

#### A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA OU UMA VERSÃO LATINO-AMERICANA

*No han sido sólo los paradigmas, sino los  
tercos hechos, los procesos sociales de América Latina,  
los que nos están cambiando el 'objeto' de  
estudio a los investigadores de comunicación.*

Jesús Martín-Barbero

A partir do panorama histórico, esboçado anteriormente, sobre o surgimento dos estudos culturais na Inglaterra, aponta-se como entendimento-síntese para o termo sua ênfase à ação social. Relacionada com essa marca, identifica-se, também, como característica fundamental dessa perspectiva, a importância dada ao contexto, o foco localizado e historicamente específico, a atenção às especificidades e particularidades articuladas a uma conjuntura histórica determinada, produzindo, então, uma teoria engajada nas diferenças culturais. Tudo isso relacionado à pertinência da investigação de práticas e formas simbólicas que tinham sido, até aquele momento – virada dos anos 50 para os 60, excluídas da